



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA - CCSA
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANDRÉA GOMES OLIVEIRA

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Desafios e Possibilidades

CAMPINA GRANDE
2016

ANDRÉA GOMES OLIVEIRA

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Desafios e Possibilidades

Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito final à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social na Educação.

Orientador: Prof. Me. Bárbara da Rocha F. Chagas.

CAMPINA GRANDE

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48s Olivera, Andréa Gomes
Serviço social e educação [manuscrito] : desafios e possibilidades / Andréa Gomes Oliveira. - 2016.
35 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas, Departamento de Serviço Social".

1. Serviço social. 2. Educação. 3. Exercício profissional. 4. CFESS. 5. Assistente social. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

ANDRÉA GOMES OLIVEIRA

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Artigo, apresentada (o) ao Programa de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito final à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social na Educação.

Aprovada em: 15, 12, 2016

BANCA EXAMINADORA

B. Chagas

Prof. Me. Bárbara da Rocha F. Chagas - Orientador (a)
Universidade Estadual da Paraíba UEPB

Maria Aparecida Nunes

Prof. Me. Maria Aparecida Nunes
Departamento de Serviço Social - UEPB
Examinadora

Theriza Karla de S. Melo

Prof. Me. Theriza Karla de Souza Melo
Departamento de Serviço Social - UEPB
Examinadora

AGRADECIMENTOS

À Deus e a Cristo, por nos conceder sempre uma segunda chance.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. SERVIÇO SOCIAL: breve incursão aos desafios de ontem e de hoje	7
3. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE DE CLASSES	12
4. RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO.....	16
4.1. A EDUCAÇÃO NO BRASIL E AS MARCAS DE SUA TRAJETÓRIA.....	16
4.2. CFESS: ATUAÇÃO DEMOCRÁTICA E UMA POSTURA ASSUMIDAMENTE POLÍTICA.....	20
4.3. SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES, MEDIAÇÕES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
6. ABSTRACT.....	30
7. REFERÊNCIAS	31

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Desafios e Possibilidades

Andréa Gomes Oliveira¹

Resumo: O presente artigo discorre sobre o Serviço Social na Educação, a partir da análise de pesquisas de vários autores que abordam a temática que envolve a atuação do Assistente Social no âmbito educacional. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e exploratória. Traz como objetivo a intenção de melhor conhecer a profissão, sob ou a partir de que perspectivas atua, quais demandas de ordem prática e política envolvem seu fazer profissional, visto que, trata-se de um espaço onde circundam-se as variadas expressões da questão social. Algumas das situações vivenciadas na escola e que podemos considerar que vem sendo crescente nos últimos anos são relacionadas à violência, gravidez na adolescência, baixo rendimento, evasão escolar, dificuldades de aprendizagem, bullying, trabalho infantil etc. Destacam-se ainda, as importantes contribuições do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), através de ações desenvolvidas voltadas para o aprofundamento da reflexão, discussão e conhecimento desse espaço sócio-ocupacional que tem ampliado-se para a profissão. Tendo em vista que o/a Assistente Social é um/a profissional que trabalha com as políticas sociais, e que tem em sua formação as três dimensões – teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa – voltadas para uma perspectiva crítica, propositiva, e de ampliação de direitos, acredita-se que este/a poderá contribuir com os/as demais profissionais da educação para a construção de um espaço em que busque a efetivação dos direitos.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação; Exercício Profissional; CFESS.

¹ Graduando (a) do Curso de Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: andreacg30@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido, nestes últimos anos, tema de discussões no cenário político e o destino de programas² implementados pelo Governo com vistas a melhorar a qualidade do ensino, como tem ainda ultrapassado esta esfera e ganhado espaço em outras instâncias de discussões como o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS que enquanto entidade profissional tem debatido sua importância para o conjunto da sociedade e também para a categoria, apontando obstáculos a serem superados, bem como indicando alternativas de atuação ao enfrentamento das consequências vividas pelas expressões da “questão social” nessa política, para que, através de um esforço conjunto seja possível melhorar, progressivamente educação brasileira.

Como ponto de partida para esta reflexão, leva-se em consideração a ampliação desta nova perspectiva sócio ocupacional, que se abre para o Serviço Social na área da educação e que, não deve ser analisada sem destacar a centralidade da educação na dinâmica da vida social. É inegável que ela tenha ocupado posição de destaque ao longo do processo de expansão da sociedade capitalista, sobretudo se tomarmos as rápidas transformações tecnológicas e científicas ocorridas durante o século passado.

Salienta-se, em especial, sua dimensão estratégica no âmbito das disputas ideológicas, da esfera política e a dinâmica histórica da educação como instância da vida social, demarcando um espaço de disputas intensamente polarizadas e protagonizadas pela sociedade de classes na qual esta se insere.

Com essa perspectiva, observamos a importância do Serviço Social na educação, uma vez que trata-se de uma profissão que tem em seu projeto ético político e enquanto princípios fundamentais a defesa intransigente dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania; a defesa do aprofundamento da democracia; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação; o posicionamento em favor da equidade e justiça social; além do incentivo ao respeito à diversidade; a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças, entre tantos outros que vão ao encontro e na direção de uma nova ordem societária (BRASIL, 2011; ALMEIDA, 2012).

² Para citar como exemplo temos: Piso do Magistério; Transporte Escolar; Educacenso; Mais Educação; Inclusão Digital, Biblioteca na Escola; Gosto de Ler; Olhar Brasil e Sala de Recursos Multifuncionais. Estes dirigidos a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Neste sentido, o/a Assistente Social enquanto trabalhador/a e inserido/a na divisão sócio técnica do trabalho e considerando o rol de suas competências e atribuições profissionais tem plena condições e respaldo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para possibilitar o acesso a esses direitos via políticas sociais, além de outras contribuições (ALMEIDA, 2012).

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória, desenvolvida por método da revisão integrativa. Sendo definida por Moreira e Caleffe (2008) como uma pesquisa elaborada com material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado pela internet. Os critérios para inclusão dos estudos foram: artigos e livros escritos em língua portuguesa; a disponibilidade do artigo na íntegra; artigos publicados em qualquer ano que abordavam discussões sobre a atuação do Assistente Social na Educação.

Assim, o presente trabalho trará como discussão o Serviço Social na Educação, a partir de algumas produções teóricas sobre o assunto em questão, situando a princípio, a educação brasileira e a atuação do Assistente Social, objetivando conhecer de maneira sintetizada a atuação do Assistente Social na educação e seus fatores nesta questão social, mostrando os limites e possibilidades.

2. SERVIÇO SOCIAL: breve incursão aos desafios de ontem e de hoje

De acordo com as análises de Iamamoto e Carvalho (1985), o surgimento do Serviço Social, no Brasil, remete à década de 1930. Nesse dado momento histórico vivencia-se um intenso processo de industrialização trazendo mudanças significativas dentro do cenário econômico e político-social. A exploração do trabalho assalariado, marca principal do sistema capitalista, vai operar rebatimentos de ordem demasiado negativa no conjunto da sociedade, evidenciados por precárias condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Do intenso confronto de interesses gerados pela forte exploração entre as classes protagonistas no interior da profunda industrialização – burguesia industrial e classe operária – é que surge a denominada “questão social”, apreendida como objeto de intervenção do Serviço Social.

Iamamoto (2001) assim a define:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...]. Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p.17).

Da tensão gerada no interior dessa sociedade, emergem vozes advindas dos movimentos populares e sobretudo da classe trabalhadora, que vão gritar contra o sistema de exploração, contra a desigualdade e as desfavoráveis condições de vida e de trabalho da imensa maioria da população.

O Serviço Social nasce na sociedade do capital para atender a uma determinada finalidade, que é a minimização dos efeitos da contradição entre capital e trabalho. Assim, ele se manifesta como resposta da classe burguesa a uma necessidade apresentada no momento histórico [...]. A intencionalidade inicial do Serviço Social é contribuir para um consenso entre as classes básicas do capitalismo, de modo a permitir a reprodução das relações sociais dominantes[...] (NETTO, 2010 p.112).

Assim, surge o Serviço Social, a princípio, como instrumento de que se lança mão a estrutura dominante econômica, política e ideológica para intervir, através dele, de maneira “apaziguadora” nas tensões provocadas e em curso naquele dado contexto, através de ações focalistas, de cunho imediatista e de caráter quase filantrópico. Não existe até aí um questionamento crítico, por parte da categoria, do fator gerador das mazelas enfrentadas pela maioria da sociedade. O caráter da profissão, até esse dado momento, pauta-se numa conduta conservadora da ordem vigente e reprodutiva das relações de dominação do sistema hegemônico.

Contudo, e ainda discorrendo no percurso histórico da profissão vivenciam-se em seu interior, a partir dos anos 1960, momentos importantes, influenciados por um contexto de lutas sociais intensas por parte da classe trabalhadora, conhecido como movimento de renovação do Serviço Social. Este é significativo e, ao mesmo tempo, se constitui um desafio, um dos maiores e mais importantes postos à profissão, visto que vai exigir mudanças expressivas de direção e de reformulação da mesma, pontuando-se como marco histórico e imprimindo nova feição ao fazer profissional, rompendo com a lógica do sistema de exploração e alienação. A partir de então, passam a serem adotadas novas práticas e condutas ancoradas num novo referencial teórico e metodológico.

A construção de uma nova cultura crítica, no interior da profissão, foi corroborada por um conjunto de fatores sócio históricos[...]inquietação da própria categoria profissional quanto a teorização; a cientificidade da prática profissional; a abertura à pesquisa; a ascensão do marxismo acadêmico; o enfraquecimento do regime militar, entre outros aspectos que foram sinalizando para a ruptura, para a reconstrução crítica da intervenção profissional.” (DENTZ; SILVA, 2015, p.21).

O Serviço Social, nesse interim, passa a aproximar-se de teorias que explicam a realidade social, sob o prisma das lutas e movimentos sociais, caminhando em direção das ideias marxistas (DENTZ; SILVA, 2015).

De igual modo e não menos importante, considera-se como um outro desafio, num momento posterior, a construção do Código de Ética Profissional (1993) no marco do Projeto Ético Político Profissional, relacionado com a intenção de ruptura que irá reafirmar o compromisso assumido pelo Serviço Social com a classe trabalhadora, quando do rompimento com a ideologia dominante e sua oposição ao conservadorismo, desvelando, também, sua dimensão político-ideológica.

O Código de Ética é considerado a etapa fundamental da renovação ética do Serviço Social brasileiro. Sua legitimação, concebida como produto histórico de conquistas democráticas e da afirmação de valores emancipatórios, é parte constitutiva do processo de construção do projeto profissional caracterizado pela oposição ética e política ao conservadorismo profissional.

Porém, os desafios não se esgotaram ali, estes foram pontuados por estar ligada a gênese e ao desenvolvimento histórico da profissão num determinado período de sua trajetória, devido ao alcance das mudanças produzidas no interior da mesma e por forjar aí um caráter e uma identidade ao Serviço Social brasileiro.

A sociedade é dinâmica e está em constante movimento, e é essa trajetória não linear da realidade social que impõe novos embates. Ainda hoje vivemos numa sociedade dividida em classes sociais e a luta entre elas ainda persiste, porque também persiste a exploração através da produção e reprodução do grande capital, que fincou raízes e expandiu-se reproduzindo e ampliando necessariamente as desigualdades estruturais no interior dessa sociedade.

A “questão social” e suas expressões é que formam a matéria-prima de trabalho do Assistente Social, ou seja, é produto histórico da exploração no seio do capital, que marginaliza imenso contingente da sociedade, negando-lhe acesso e uso de bens e serviços dos mais essenciais (saúde, moradia, emprego, educação, etc.).

As políticas sociais, por conseguinte, constituem-se como respostas ao enfrentamento das expressões da “questão social”, como também se configuram como espaços sócio-ocupacionais de inserção do Assistente Social. Esses espaços carregam em si alguns determinantes que irão se constituírem em desafios, novos desafios, com especificidades dadas pela conjuntura atual à consecução do trabalho do Assistente Social.

De uma gama inumerável deles, no cenário atual – de neoliberalismo – podemos apontar para dentro desta reflexão aqueles que se relacionam às condições e relações de trabalho do profissional de Serviço Social, enquanto profissão reconhecida na divisão social do trabalho o que o torna um trabalhador assalariado, como também, as paulatinas mudanças ocorridas no interior dos espaços sócio ocupacionais.

Como trabalhador assalariado, tal condição implica, numa certa medida, a sujeição à condição de subordinação, no sentido de corresponder à demanda da instituição que o contrata e aos limites da própria política social em que se insere o que impõe limites à sua atuação profissional.

Com uma força de trabalho absorvida tanto no setor público como no setor privado, suas ações encontram limites a um enquadramento da visão, da política e dos projetos da instituição que trabalha, o que relega seu fazer profissional, muitas vezes, a um executor de tarefas pré-elaboradas e pré-estabelecidas. Netto denomina de “executor terminal das políticas sociais”, mas isto é uma concepção polêmica, convém sinalizar. Sem o intuito de problematizá-la, lançaremos mão, aqui, do que Iamamoto chama de “autonomia relativa”. (IAMAMOTO, 2001) na relação estabelecida entre o profissional de Serviço Social e o seu empregador – instituição ou patrão – onde ele, o assistente social, ainda que possuidor de total legitimidade e liberdade de atuação, legalmente atribuídas, tem sua prática orientada ou sua liberdade de ação limitada a um enquadramento aos ditames de seus empregadores, expressas por tarefas ou procedimentos estabelecidos previamente.

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional [...] e, a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forjados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. (IAMAMOTO, 2001, p.8).

Ainda que dono de um saber específico, que desnuda a trama e os mecanismos de dominação que engendram a sociedade, cumpre-lhe, portanto, superar esse desafio: de encontrar lugar e maneira onde caiba a concretização dos princípios de seu projeto ético-político profissional em suas ações profissionais.

Quanto às metamorfoses que atravessam os espaços sócio-ocupacionais onde se inserem os assistentes sociais, diga-se, o espaço das políticas sociais, Iamamoto (2001) destaca que essas tem sido permeadas pelas mais distintas propostas de equacionamento por divergirem quanto ao seu teor político e ideológico. Alerta também para o perceptível e paulatino afastamento do Estado na execução e financiamento das mesmas, usando para este fim estratégias como cortes de orçamento e redirecionamento destas políticas para o chamado Terceiro Setor. (IAMAMOTO, 2001).

Quanto a isto assim descreve:

Na interpretação governamental, ele é tido como distinto do Estado...considerado como um setor “não governamental”, “não lucrativo” e voltado ao desenvolvimento social, que daria origem a uma “esfera pública não estatal”, constituída por “organizações da sociedade civil de interesse público” [...]. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e “complementares”, destituídas de conflito e tensões de classe, onde prevaleceriam os laços de solidariedade (IAMAMOTO, 2001, p.29).

Diante da reestruturação do Estado no trato e ações de enfrentamento das políticas sociais públicas a favor do grande capital em detrimento da maior parte da sociedade, Iamamoto (2001) sugere a inserção e ocupação nos espaços coletivos de participação popular (debates, sugestões, decisões) a exemplo dos Conselhos, com vistas a preservação desses espaços, impulsionando a participação política dos cidadãos e valorizando o regime democrático.

Note-se que os desafios e demandas impostos ao trabalho do Serviço Social permanecem os mesmos quando do seu surgimento – as expressões da “questão social”. O capitalismo, como dito antes, como sistema econômico é quem as produz e perpetua através da exploração, e esta, por sua vez, gera com ela a distribuição desigual da riqueza, do que deriva os cenários e as condições de pobreza e outras mazelas sociais.

As influências e o rebatimento deste modo de produção sobre a sociedade, principalmente sobre as classes menos favorecidas, serão observadas no próximo tópico, especialmente no que tange a educação.

3. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE DE CLASSES

O entendimento comum, que geralmente permeia o sentido ou o significado a respeito da educação, seria o de percebê-la como uma rede ou sistema de ensino, este personalizado através das unidades escolares, cuja tarefa e objetivo seria o de fornecer conhecimentos através do ensino e da aprendizagem dos que ali se inserem, para posteriormente, estes serem aplicados à vida em sociedade, através da formação desses indivíduos.

Contudo, cabe aqui a ressalva de que educação e aprendizado não se configuram apenas nestes moldes, não se restringem apenas ao espaço das instituições de ensino, visto que se trata de um processo amplo, contínuo e inacabado, fazendo parte da vida do homem individual e coletivo e onde este estiver inserido, ou seja, todas as esferas que abarcam a vida social (BRANDÃO, 1995).

O espaço escolar, onde se concebe o conhecimento formal, constitui-se como uma pequena fração, um extrato da vida social mais ampla e, por isso, tanto reflete quanto reproduz em seu interior sua complexidade, com todos os valores e contradições que nela são vividos.

Importante destacar ainda, o consenso em atribuir à educação determinado grau de importância, principalmente, pela classe trabalhadora e seus segmentos mais pauperizados ao visualizá-la como um meio de ascensão social, como forma de se chegar às camadas mais elevadas da sociedade. As leis que a regem e a garantem (Constituição Federal 1998, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação) corroboram esse pensamento e tem como base comum atribuir-lhe como função social a formação do indivíduo para o exercício da cidadania.

Contudo, a compreensão do fenômeno Educação e sua concepção não podem partir de uma visão ingênua, requer em sua apreensão um pressuposto senso crítico. Como requer também a apreensão dos reais interesses, mecanismos e modelos, ora impostos que, muitas vezes, trazem em si, de modo acortinado, o intuito último de manutenção do atual modelo de sociedade.

Sendo a educação inserida na sociedade do capital, cabe-lhe determinado papel e, nessa direção, o movimento para desvelar seus reais interesses e objetivos dentro dessa sociedade comandada pelo capitalismo, segundo Gadotti (1995, p.74) começa pela apreensão de que o projeto de sociedade da classe burguesa

[...] é conservador e se utiliza da educação para legitimar e perpetuar os seus privilégios de classe. Através da educação ela apresenta os seus interesses particulares como sendo os interesses gerais da sociedade como um todo e, portanto, também como sendo os legítimos interesses da maioria que é a classe trabalhadora. Por isso, interessa-lhe manter a escola numa pseudo-neutralidade.

A concepção de educação, a partir de uma perspectiva crítica, também encontrava-se no pensamento de Marx, que desnuda um sistema educacional manipulado com o propósito de manter o *status quo*.

Marx concebe o Estado como classista, onde estruturado na sociedade do capital e em função dele, representa não os interesses da sociedade como um todo, mas, da classe dominante, utilizando-se para isto de seus instrumentos de regulação – sistema jurídico, aparato militar e policial (BODART, 2016).

A educação não é tema central da obra de Marx, aparecendo nos seus textos como desdobramento do desenvolvimento da reflexão da teoria principal de sua obra, a economia política e o capitalismo. Porém, as reflexões que faz à respeito, mesmo não constituindo tema central de sua obra, são úteis na abordagem da concepção de educação (CANTINI, 1997). Suas ideias a respeito da educação estavam centradas em um modelo estabelecido a partir de três eixos que considerava essenciais serem trabalhados, a saber: a formação geral, o desenvolvimento físico e o aprendizado profissional. O Estado, para ele, seria aqui apenas aquele que a viabilizaria, através do seu financiamento, porém, não seria o educador (GADOTTI, 1995).

“Não é possível falar de educação sem referir-se à realidade socioeconômica e à luta de classes que a caracteriza e sustenta. Desse modo, a educação perde todo o aspecto idealista e neutro, bem como rejeita toda reminiscência romântica anti-industrial.” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008 p.640).

É possível ainda inferir que três características mostram-se presentes nas ideias que Marx desenvolveu sobre a educação: primeiro, que ela é desigual, segundo, que essa desigualdade tem como objetivo conduzir (ou deixar permanecer) cada classe social ao seu próprio lugar, lugar este escolhido pela divisão das classes no capitalismo e, terceiro, que a educação também pode ser uma via de possibilidade de ultrapassar os limites impostos pela burguesia, ou seja, de romper com a alienação. Não houve, desde a instauração, expansão e consolidação do sistema capitalista, bem como do modelo de educação preparado como divisor de águas entre as classes, o interesse em educar o indivíduo de maneira emancipatória.

Alienação e omnilateralidade são outros aspectos que estão presentes no pensamento marxiano. O primeiro acontece dentro do processo produtivo, onde o homem, além de não ser

o dono dos meios de produção, mas sim o capitalista, encontra-se, além disso, alheio ao conhecimento que permeia todo processo da produção. Dentro da grande indústria ele é, ou torna-se, assim como a máquina, restrito à execução de tarefas minimamente parceladas; o segundo, omnilateralidade, é o conceito cujo significado é o oposto desse homem alienado pelo capital, ou seja, é o homem completo, cômico de sua potencialidade histórica e produtiva, dono do conhecimento empregado no seu trabalho.

Cabe dizer que para Marx essa omnilateralidade não é alcançável sob o capitalismo, mas, somente quando o homem se tornar conhecedor de todo os meios de produção. Ou nestes termos:

[...] as perspectivas de desenvolvimento do homem omnilateral efetivam-se, precisamente, sobre a base do trabalho, isto é, na possibilidade da abolição da exploração do trabalho, da divisão do trabalho e da sociedade de classes, e do fim da divisão do homem, dado que isso acontece unicamente quando se apresenta como divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual [...] as duas imagens do homem dividido, cada uma unilateral, são essencialmente a do trabalhador manual e do intelectual, tais como gerados pela divisão social do trabalho no âmbito da sociedade capitalista. (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p.642-643).

O tema trabalho compõe o cerne da obra de Marx. Este é o que transforma a natureza e o próprio homem, bem como estabelece suas relações sociais. Trabalho é atividade essencial ao homem e não somente seu meio de subsistência. A divisão desse trabalho, que teve início na manufatura e aprofundou-se dentro da grande indústria, passou a esvaziar o homem. Ele perde-se a ele mesmo nas longas jornadas de trabalho e deixa de ter dignidade, pois passa a valer e ser visto como mercadoria, valor de troca. Troca de seu tempo, de sua força física para serem vendidos ao capital/capitalista. Este, ávido por lucro e dono dos meios de produção, relega ao trabalhador apenas aquilo que julga estritamente necessário à sua subsistência e à manutenção do sistema explorador (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008).

Para Marx, a educação está intrinsecamente vinculada ao mundo do trabalho. Esta estreita relação seria para conciliar teoria e prática, pois defendia um saber comum, de formação geral, defendia, aliado a ela, os exercícios físicos e ainda os conhecimentos técnicos, onde nestes o trabalhador passaria a ter a posse do conhecimento dos meios de produção e estaria preparado para operar em diversas máquinas. Unir educação com a produção material com base numa formação geral, mais escolas técnicas que unificasse trabalho físico e mental – este no sentido do domínio do saber aplicado ao processo de produção – seria o esboço de um modelo de educação que possivelmente daria oportunidades de reação a classe trabalhadora dentro de um posicionamento que permitisse resistir as investidas do capital. Esta é a sua proposta para superação da unilateralidade, criada pela

divisão do trabalho, para omnilateralidade, homem completo (FERREIDRA JR; BITTAR, 2008).

Mesmo com a decorrência de tempo, tomar as reflexões de Marx, hoje, como uma possível referência para pensarmos a educação na contemporaneidade, não se trataria de algo obsoleto, muito menos fantasioso, visto a notoriedade de sua reflexão crítica, de sua postura assumidamente política e com forte teor de atualidade.

A título de comparação, poderíamos ainda esboçar um paralelo entre os aspectos anteriormente apontados mostrando as principais características inferidas de seu pensamento a respeito da educação, válidos para pensá-la, hoje. Para isto partiríamos da pergunta: em que tipo de sociedade, encontra-se a educação, hoje? A sociedade do capital, dividida em classes e por isso com inúmeras contradições de ordem, principalmente econômica, mas também política, social, cultural, ideológica. Portanto, assim desigual e acentuadamente seletiva e excludente.

Continuando, a educação é igualitária para todos? Apresenta-se da mesma forma tanto para burguesia quanto para classe trabalhadora? Não. Seu objetivo, ainda que acortinado, permanece o de distribuir os grupos de indivíduos as suas respectivas classes sociais, através da formação de mão de obra para classe trabalhadora e a formação intelectual para os estratos mais elevados da sociedade. Isto se faz notório a partir da divisão de ensino, onde muitas vezes o aluno opta em não permanecer no ensino médio e vai para cursos técnicos profissionalizantes que o fazem ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho, adiando assim, a formação superior. Aqui cabe ainda lembrar a diferença que existe entre o ensino público e o privado no que diz respeito a oferta, a qualidade, qualificação dos profissionais da educação e outros recursos disponíveis como bibliotecas, espaço para recreação, artes, esportes etc., diferenças díspares.

Apesar da função social atribuída à educação dentro do arcabouço legal, que é o de formar o indivíduo para o exercício da cidadania, cumpre observar certo grau de inatingibilidade e, às vezes, até contradição a respeito, visto que é um preceito que não se cumpre fiel, satisfatória e integralmente. A realidade mostra a formação de indivíduos conformados, ideologicamente preparados para ocupar na sociedade um espaço previamente estabelecido, mantendo o paradigma de uma sociedade de classes.

E, por fim, a educação contribui para a manutenção ou rompimento da ideologia dominante? Num processo contraditório, ela embora contribua majoritariamente para a perpetuação da dominação, apresenta também a possibilidade de rompimento com a ordem hegemônica protagonizada pelo Estado e a classe dominante.

Importa-nos dizer, dentro desta reflexão que nos interessa, e a isto julgamos útil e necessário, extrair e aplicar o padrão de pensamento essencialmente crítico de Marx, que faz enxergar além daquilo que está posto e, também, de nos conduzir dentro de uma postura, assim como ele, assumidamente política, posicionando-nos e optando pelo lado da classe a que pertencemos.

Situar o papel da educação no atual contexto sócio histórico relacionando-a ao Serviço Social, será o ponto onde iremos repousar nossa reflexão na próxima parte do trabalho, buscando compreender ali o movimento histórico da educação ligado aos interesses dominantes em momentos específicos de sua história; observar as ações, principalmente da categoria profissional em torno da mesma, no intuito de uma apreensão crítica e propositiva e, por fim observar as possibilidades de mediação e intervenção nessa política pelo profissional de Serviço Social.

4. RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Nesse momento da reflexão irá nos deter em estabelecer a relação que se dá entre o Serviço Social e a educação. Para tanto iremos discorrer sobre sua trajetória, pontuando os momentos históricos mais significativos e que se entrelaçam a fases históricas de profundas transformações na sociedade brasileira, operadas nas esferas política, econômica e social, imprimindo novos rumos à mesma. Ainda dentro do seu percurso histórico, passaremos a observá-la no cenário atual marcado pelo neoliberalismo. Em seguida, daremos destaque às relevantes ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que dão visibilidade, importância e notoriedade a essa política, fazendo-a ocupar lugar de destaque no seu interior. Finalmente, observaremos em que termos se estabelecem a relação Serviço Social e Educação, atentando para as possibilidades de intervenção nessa política que possam estar aproximadas do seu Código de Ética e Projeto Ético Político.

4.1. A EDUCAÇÃO NO BRASIL E AS MARCAS DE SUA TRAJETÓRIA.

A política de educação é produto de nossa história e para melhor compreendê-la e relacioná-la ao Serviço Social, cabe aqui adentrar, ainda que brevemente, no seu percurso histórico no Brasil, pontuando os momentos mais significativos que possibilite-nos compreendê-la numa perspectiva de totalidade.

A trajetória da educação é marcada por fortes traços de desigualdade como também uma alta seletividade, considerando-se a história do nosso país. A partir de sua descoberta e por um longo período de sua história, o país encontrou-se na condição de colônia (1500-1822). A sociedade era dividida e composta pelos donos de terra, grandes latifundiários, e os escravos, índios, e negros em sua maioria. Os jesuítas, nesse período, foram incumbidos da tarefa da escolarização da colônia, fato que perdurou por 210 anos, quando deixaram o Brasil. Evidente o fato de que entre essas duas classes, a escola não era pensada para a classe escravizada. Seu traço principal pode ser caracterizado pela exclusão. (PILETTI,2002)

Logo a seguir, no momento posterior, após a independência e, ao longo de todo o império (1822-1889) não houve a implantação de um sistema educacional nas terras brasileiras que atendesse a toda população, apesar das iniciativas tomadas a partir da vinda da família real para o Brasil, como: a abertura de academias militares, escolas de direito, escolas de medicina, biblioteca real, imprensa régia. A educação continua a ter uma importância secundária, permanecendo inalterada sua estrutura dualista, pois voltava-se para formação da elite do país. (PILETTI, 2002).

Numa nova fase política, a República (1889), tentou-se algumas reformas, defendendo inclusive, princípios como liberdade de ensino e escola primária gratuita, no intuito de melhorá-la, mas, mesmo assim, não sofreu um processo de evolução que pudesse ser considerado marcante ou significativo em termos de modelo (PILETTI, 2002).

Mesmo com iniciativas de reformas educacionais, entre meados de 1900 a 1920, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 75% entre as pessoas com quinze anos ou mais. Da preocupação com essa realidade iniciaram-se campanhas de disseminação das escolas primárias, com o intuito de combater o analfabetismo. (DENTZ; SILVA, 2015, p.14).

A enorme massa de analfabetos e uma minoria escolarizada formada pela elite conferem nitidamente o caráter de classe a ela atribuída já a partir daí, como também demonstra acessibilidade restrita.

“Assim, até meados de 1930 perdura no Brasil uma incapacidade histórica de reduzir as desigualdades, de democratizar a educação e de torná-la igualitária, tendo presente que iniciativas e movimentos contraditórios existiram em suas diferentes formas e expressões.” (DENTZ; SILVA, 2015 p.15).

A partir dos anos 1930, período efervescente de acontecimentos na economia, na política, na sociedade, na classe operária etc. ocorre mudanças na estrutura econômica,

redefinindo, por conseguinte, as bases de poder, e o esforço para a industrialização resultou em mudanças na sociedade como um todo, fatos que também incidem na educação.

A industrialização e urbanização crescente no contexto desse intenso desenvolvimento industrial no país, naquele momento, contaram como fatores que influenciaram a escolarização da população, no sentido de qualificar mão de obra para atender a demanda da insurgente indústria, como também faziam parte do rol de reivindicações da classe operária que pleiteava através de seus movimentos organizados por condições de dignos e direitos assistidos (DENTZ; SILVA, 2015).

Destaque para algumas iniciativas, a partir desta década, como a criação do Ministério da Educação; a fixação de um Plano Nacional de Educação expresso na constituição de 1934, num movimento de expansão da educação através do número de ofertas; gratuidade e obrigatoriedade do ensino e, mais adiante a criação em 1961 da lei 4024 que estabelecia a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Todas essas medidas direcionavam para o início de um novo momento para a Educação, que apesar de alguns avanços não puderam ser consideradas ainda satisfatórias, contudo, a partir desse momento, ganhavam forma e feição de política pública gerida pelo Estado como fruto de negociações e reconhecimento dele como seu gestor.

As mobilizações e lutas permanecem e acirram-se no período da ditadura, onde buscam além de melhores condições de vida, a reivindicação a favor de uma educação que atenda realmente a classe trabalhadora nos quesitos gratuidade, qualidade, acesso, permanência. Com isso, pressionam os governantes para inserir no texto da nova Constituição do país, face ao contexto de redemocratização na década de 1980 todas as suas reivindicações.

A partir dos anos 1990 tem-se acompanhado a contínua expansão do processo do capitalismo pelo fenômeno neoliberalismo. Sua propagação que se dá a nível mundial e seu estabelecimento em países como o Brasil, de economia periférica, se dá a duras penas para a população, visto que tal processo norteia sua vida política e principalmente econômica. A gradativa consolidação do ideário neoliberal está centrada no conceito de livre jogo do mercado e de uma intervenção mínima do Estado, pois ele, o mercado, autorregula-se através de leis próprias, leis que também regem, segundo ele, a sociedade. Em relação a essas idéias escreve Azevedo (2004, p.10):

Com efeito, o neoliberalismo teve, no campo da cultura e da ideologia, o êxito do convencimento a respeito da não existência de outras alternativas para a organização e as práticas sociais. Em amplos setores da sociedade capitalista e em grande parte de suas elites políticas, enraizou-se a crença da inevitabilidade dos novos modos da (des) regulação social, criando as condições para que se difundissem, como se fora

senso comum, os padrões de relação entre Estado, sociedade e mercado que se tornaram hegemônicos. (AZEVEDO, 2004, p.10).

Paralelamente ao seu avanço alinham-se também mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, marcadamente pela acentuada inovação tecnológica. A incorporação da ciência como força produtiva tem tanto substituído o homem gerando desemprego, como tem, ao mesmo tempo, exigido um novo perfil de trabalhador capacitado para lidar com todas essas mudanças. Como requisitos deve este possuir boa base escolar, dominar novas tecnologias, ter domínio de uma língua estrangeira, ter capacidade para resolver problemas, enfim, ser um profissional polivalente. A formação assim se faz imprescindível, trazendo para o centro do debate a educação, que passa a ser uma questão básica para responder a esta demanda. (NEVES, 2002).

Conforme Neves (2002):

“A grande indústria passa a impor, dessa maneira, a formação de um novo tipo de homem [...] a sua atenção volta-se agora para um novo tipo de intelectual, ligado direta ou indiretamente ao processo produtivo de base científica [...] os novos padrões de sociabilidade humana, requerem por sua vez, um novo espaço social de aprendizagem profissional e cultural, e a escola uma vez refuncionalizada apresenta-se, como lócus privilegiado para conformar esses homens de novo tipo” (NEVES, 2002, p.18).

Depreende-se daí a vinculação e relação que se estabelece entre educação e mundo do trabalho, na medida em que mudanças operadas na base produtiva e, por conseguinte econômica, refletem no mundo da cultura, da educação, tornando-se ponto fundamental ou mesmo estratégico na luta de interesses representados por classes antagônicas que compõem a sociedade.

A educação, estruturada numa sociedade de classes como uma política social gerida pelo Estado, atua como um dos componentes mobilizados por diferentes e, mesmo antagônicos segmentos sociais na disputa pela hegemonia política, cultural e econômica. Trata-se de um campo tensionado por distintos projetos societários e que acaba refletindo a correlação de forças presente em cada conjuntura e expressando graus variados de funcionalidade no âmbito da reprodução das condições de produção. (CFESS, 2011).

Neste contexto é que destacaremos a atuação do profissional de serviço social, e observaremos suas ações enquanto categoria profissional comprometida com os extratos mais carentes da sociedade, centrando o olhar para a educação.

4.2. CFESS: ATUAÇÃO DEMOCRÁTICA E UMA POSTURA ASSUMIDAMENTE POLÍTICA

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), órgão de maior instância organizativa, deliberativa e de representação de assistentes sociais, vem realizando ao longo de alguns anos um trabalho relevante e contínuo quanto à política de educação.

Esta passou a compor de modo contundente sua agenda de atividades – estudos, pesquisas, grupos de trabalho, pareceres, etc., a partir das atividades desenvolvidas pelos próprios profissionais que já atuavam na área, mas que careciam de parâmetros quanto a aspectos que compunham esta política, relacionados a referencial teórico, metodologia e instrumentos e, outro fator foi a visualização do crescente número de profissionais e estudantes inseridos em trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros em torno do tema. (CFESS, 2011).

A investigação, a análise e o direcionamento acerca da política de educação pelo CFESS agrupam importantes aspectos dela que unificados numa visão e postura que partem dessa instância, servem como referencial para os que já atuam como, também, para aqueles que têm interesse em nela atuar. Reflete também o entendimento, a postura profissional e os parâmetros balizadores da conduta do profissional assistente social dentro dessa política.

Não se trata de modo algum de nenhum manual prático de como atuar, ditando o certo e o errado, o que fazer e o que não fazer, mas, antes disso, trata-se de uma ampla e profunda reflexão norteada por princípios e valores que denotam compromisso da categoria na intenção de uma atuação profissional qualificada. Este diferencial somado e articulado a outras práticas de lutas que seguem na mesma direção – busca da efetivação da educação de qualidade como direito e a todos acessível – podem vir a tornar-se instrumento na luta para uma sociedade menos desigual a partir desta política.

O trabalho do CFESS quanto à política de educação pauta-se, notadamente, pela busca da compreensão e profundo conhecimento não apenas acerca da política em si mesma como também sua totalidade, ou seja, os fenômenos que a cercam e que com ela interagem e interferem.

Alcançar esse entendimento de como ela é formulada e gerida e que rebatimentos refletem posteriormente no conjunto da sociedade faz parte do trabalho realizado pelo CFESS

ao longo de algum tempo. Cabe, então, neste momento, resgatar os momentos das principais ações desenvolvidas por esta entidade.

Ressaltamos como ponto de partida que a atuação do profissional de Serviço Social na educação não é algo de agora, ela remete ao início da profissão, na década de 30. Há registros, já naquele momento, de trabalhos produzidos nos cursos de serviço social, abordando ali sua presença. (DENTZ; SILVA, 2015, p.15)

No entanto, será a partir da década de 1990 onde se verifica um número expressivo de profissionais atuando nesta área através de debates, pesquisas, publicações etc. O cenário econômico e político social que marca o início desse momento podem ser assim descrito:

É a partir da década de 90, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção da categoria profissional na área da Educação. Soma-se a este fato, nas últimas décadas, as transformações societárias em curso em nível mundial engendradas pelo capital, às quais impõem processos de reforma neoliberal do Estado, que incidem sobre as políticas sociais e, em particular, sobre a política de educação como direito social. (CFESS, 2011).

Como um dos autores que abordam a questão, Almeida dá destaque a um ponto considerado pertinente dessa política, qual seja além de se tratar de um espaço de atuação do assistente social é, sobretudo, a sua importância estratégica, como ele mesmo denomina, dentro do cenário político e também econômico, onde se situam interesses que colidem contra os da classe trabalhadora, que ela passa a ser vista sob novos contornos.

“Trata-se, antes de tudo, de um campo de intervenção do Estado e de uma dimensão da vida social, que hoje se coloca como estratégica na sociedade contemporânea, seja para a afirmação de um projeto societário vinculado aos interesses do capital, seja para a ampliação e integração das lutas sociais no que diz respeito à conquista de direitos e enfrentamento das desigualdades.” (ABEPSS/CEDEPASS, 1997).

É a partir desse contexto neoliberal vivido no Brasil, que restringe direitos, e partindo também do entendimento político das implicações que isto acarreta, bem como da visão crítica do serviço social, é que esse adentra nesta política.

Entre as ações realizadas em âmbito nacional pela maior entidade da categoria profissional a respeito da política de educação, destacam-se o 30º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS (2001) vai inaugurar a nível nacional o debate sobre a educação, onde podem se destacar aqui propostas para a educação de âmbito nacional; a constituição de um grupo de estudo sobre serviço social na educação e, a brochura Serviço Social na Educação acompanhado de parecer jurídico.

No 31º e 32º Encontro Nacional CFESS/CRESS (2002 e 2003, respectivamente), destacam-se, além de outras proposições, a necessidade de acompanhamento das deliberações a respeito das legislações em trâmite existentes, que versam sobre o serviço social na educação, como também a premência em orientar e corrigir possíveis distorções no corpo da lei quanto ao que é a profissão, sua função, competências etc.

Já nos 33º e 34º Encontro Nacional CFESS/CRESS (2004 e 2005, respectivamente) mostra-se ainda presente aqui a preocupação em seguir acompanhando as legislações em vigor, por isso, é solicitada ao professor Ney Luiz Teixeira de Almeida juntar também parecer (Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação), no intuito de elucidar possíveis incorreções quanto a preceitos ligados ao serviço social.

Este documento aponta para a necessidade de mobilização pela categoria em torno do tema como da postura política que deve orientar seu exercício profissional.

“É de fundamental importância um amplo processo de mobilização da categoria profissional em torno deste tema, não só com o intuito de transformar expectativas em adesão, mas com o de instrumentalizar os assistentes sociais quanto ao significado político desta aproximação. Entendendo que o referido processo não diz respeito apenas ao âmbito do mercado de trabalho, mas ao conhecimento necessário sobre a educação, a política educacional e as possibilidades e demandas para a atuação dos assistentes sociais.” (CFESS, 2014).

No 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS (2006), atendendo à recomendação de mobilização da categoria no parecer acima citado, é proposto à composição de um grupo de trabalho formada por representantes dos CRESS de cada região, e, de representantes do CFESS, para levantamento de dados, reunião de informações a respeito dos profissionais que atuam na área e reconhecimento do campo de trabalho através dos desafios e das ações realizadas pelos profissionais.

Com a comissão formada, os estudos e pesquisas aprofundam-se no sentido de acompanhar e reiterar-se das ações do serviço social na política de educação. De 2008 a 2009, o grupo sistematizou toda legislação a respeito dele em âmbito nacional, e de novo, analisando conteúdo das leis, corrigiram equívocos conceituais.

Em 2010, tem-se novamente a assessoria do professor Ney Luiz Teixeira de Almeida para orientar as ações deste grupo e foi construído aí as deliberações para o próximo ano.

De 2010 a 2011 como resultado do trabalho, é elaborado o documento “Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação”. Houve também nesse mesmo período debates e seminários realizados em todos os estados do país mobilizando toda a categoria à reflexão.

Em 2012, é realizado o I Seminário Nacional de Serviço Social na Educação onde foi discutido temas como aspectos da crise do capital que incidem sobre a educação, particularidades da relação entre Estado e a sociedade, atuação dos movimentos sociais e entidades de trabalhadores nesta política (CFESS, 2011).

O posicionamento de luta que norteia a postura da categoria profissional pode ser assim definido:

O Serviço Social brasileiro ousa dizer não à forma como vem sendo implementado o acesso da população brasileira ao ensino, que, em larga medida, extravia seu caráter público, presencial, laico e de qualidade, em um contexto neoliberal, no qual o Estado empenha-se para atender às exigências dos organismos internacionais, criando as condições para a institucionalização de um padrão educacional que dissemina uma educação que contribui para manutenção da desigualdade social e de relações sociais que alienam, desumanizam e conferem adesão passiva ao modo de ser burguês (CFESS, 2011).

Passaremos desde agora a perscrutar as possibilidades de ação do Serviço Social nas instituições de ensino.

4.3. SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES, MEDIAÇÕES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

O Serviço Social, profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, desde sua origem lida com as expressões da questão social, derivadas do modo de produção do capital. Para enfrentamento dessas expressões, as políticas sociais, conformam respostas às demandas geradas pela exploração do capital e, constituem portanto, área de atuação do profissional de Serviço Social.

Assim como as demais, a política de educação, perpassada pela vil influência deste sistema econômico gerador de desigualdades, insere-se no rol de direitos e serviços que devem assistir e serem assegurados pelo poder público ao conjunto da sociedade, especialmente da classe trabalhadora. Necessita assim, da intervenção e mediação do profissional Assistente Social com vistas a operacionalização da mesma, viabilizando direitos já garantidos legalmente e que não se efetivam de fato em sua totalidade, na perspectiva de garantia de outros novos.

A Educação enquanto política social pública e área de atuação e intervenção da gerência do Estado ocupam, dentro das esferas da vida social, lugar destinado à implantação de planos, programas e projetos devidamente elaborados e planejados com o fim último de atendimento e prestação de serviço de caráter essencial ao andamento da sociedade.

Nos últimos anos verifica-se a ocorrência da abrangência desse espaço de atuação para os profissionais de Serviço Social movido entre outros motivos por: interesse da própria categoria profissional; necessidade de um direcionamento das ações comuns discutidas e orientadas pelo conjunto de profissionais e seus órgãos deliberativos e de representação, estruturados numa base comum; percepção da função estratégica dessa política para satisfazer interesses econômicos usando a ideologia do conformismo; a própria dinâmica escolar, permeada por conflitos sociais diversos que fogem a capacidade de entendimento e resolução por parte dos outros profissionais da educação (professores, diretores, coordenadores etc.) e que por isto, necessita do profissional de Serviço Social, que dotado, habilitado e apto, segundo sua formação acadêmica, pode intervir sobre tais questões (CFESS, 2011).

Devido ao reconhecimento de sua necessidade e ao entendimento cada vez mais amplo e difuso de sua importante contribuição, sua inserção nessa política no espaço interior das instituições de ensino tem alcançado um patamar de debate legal expresso através de leis tanto municipais quanto estaduais ^{*3}, cuja essência e teor principal traduzem-se na inserção do profissional de Serviço Social nas escolas da rede pública, com o objetivo de lidar com as sequelas das diferentes expressões da “questão social” trazidas para o interior das mesmas (fome, desnutrição, trabalho infantil, desemprego, subemprego, violência doméstica, pais negligentes, pobreza extrema, etc.) que marcam e influenciam visivelmente a vida dos sujeitos afetados por elas e repercutem negativamente no desenvolvimento de sua trajetória provocando baixo rendimento e desempenho escolar. Além deste objetivo, pode-se dizer, em termos gerais, que sua intervenção está em colaborar, de modo geral, nas especificidades que englobam o cotidiano educacional (ALVES, 2010 e LOPES, 2016).

Ainda quanto às demandas com as quais irá lidar no ambiente da escola, podemos afirmar que algumas, por não terem sido de todo superadas ao longo da história da educação brasileira, permanecem ainda hoje, sendo assim nossas “velhas conhecidas”: falta de infraestrutura adequada; evasão; repetência; qualidade do ensino; qualificação e remuneração de docentes. Medidas tomadas através da implantação de alguns programas dirigidos a

³ (*) Em estados como por exemplo São Paulo e Minas Gerais, existe projetos de lei para inserir tanto o profissional de Serviço Social quanto o Psicólogo nas escolas da rede pública de ensino, com o fim de melhor assistir o alunado das classes mais pauperizadas.

problemáticas específicas (transporte escolar, merenda escolar, piso do professor etc.) têm sido implantadas, contudo, muito ainda está por fazer sendo necessárias reformas estruturais que possam ir além de medidas paliativas (ALVES, 2010 e LOPES, 2016).

Outras questões ainda têm crescido e alcançado proporções acentuadas no ambiente educacional como: violência (entre alunos e contra professores); uso de drogas (lícitas e ilícitas); gravidez precoce; discriminação; bullying. Todas elas merecedoras de atenção e encaminhamento adequado por parte dos profissionais da educação incluindo aí o Assistente Social.

Todas estas problemáticas que envolvem a educação são frutos, nítidos, do desinteresse e da negligência estatal em implementar uma política verdadeiramente satisfatória que correspondesse de fato e concretamente as reais demandas da educação em sua totalidade.

É importante dizer que, para além destas problemáticas que pulverizam o cotidiano escolar, existem outras questões referentes à educação e sua política, que ultrapassam os limites dos muros escolares, visto que ocupam um patamar macrossocial de caráter político e de determinações que refletem e rebatem intensamente na condução da mesma. Trata-se das dimensões que particularizam a política educacional, quais sejam: a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada; a garantia da qualidade da educação escolarizada e, a garantia da gestão democrática da escola e da Política de Educação. Na verdade, se constituem como espaços de atuação reivindicatórios e de lutas por parte da categoria profissional num patamar de discussões mais profundas e que “expressa uma compreensão mais ampla e complexa das possibilidades da atuação profissional” (CFESS, 2011, p.38).

O documento “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” descreve essa bandeira de luta: o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores/as, aos demais trabalhadores/as da educação, aos gestores/as dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional. (CFESS, 2011, p.38).

Quanto às ações protagonizadas pelo profissional de Serviço Social na educação vale destacar como procedimentos pertinentes no âmbito escolar, no que tange a uma intervenção abrangente que englobe não só estas questões, as seguintes atividades:

- Elaboração e execução de programas de orientação, sócio familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, de elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulações com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; (LOPES, 2016).

Contudo, uma ação deveria preceder a todas estas no nosso entendimento, a de desmistificar a visão e o entendimento da figura do profissional Assistente Social que o emoldura no quadro estigmatizado da (o) boa (o) moça (o) que faz caridade. A prevalência dessa imagem está, obviamente, na gênese da profissão e não revela seu real conteúdo. A postura crítica, política e de luta na reivindicação e concretização de direitos ainda não é associada a sua imagem e isto se constitui numa barreira a ser transposta.

Na política de educação, como todas as demais, este obstáculo também se faz presente. Atuando em equipe multi ou interdisciplinar, o profissional poderia a partir daí tentar desfazer este fato a partir dos demais profissionais com os quais atuaria, visto que também estes, ou uma maioria, despreziosamente também comete tal equívoco. Contudo, não se trata de uma resposta que possa ser dada de fora para dentro: ela também estará politicamente relacionada às contribuições, às proposições e aos resultados decorrentes de uma ação profissional concreta, construída na dinâmica da própria política educacional e de seus estabelecimentos. (CFESS, 2011).

Inegável o fato de que a educação é elemento necessário ao avanço de uma sociedade e ao progresso do indivíduo. Fato verificado, por exemplo, em países de capitalismo central, onde em termos de qualidade de vida e materialmente abastados tem na educação um ou, o principal impulsionador dessa condição. Através dela, o conhecimento e o saber adquirido em cada área (ciência-tecnológica, ciência-médica, ciência-humanas etc.) é melhor e equilibradamente distribuído e oferecido a coletividade. Sem esquecer, ainda, o fato de que, um povo melhor formado e informado tende a possuir maior senso crítico. Apesar desses

fatores que exaltam e valorizam a educação, cabe dizer que ela sozinha e por si só não garante, de modo absoluto uma transformação radical que coloque os indivíduos num mesmo patamar de igualdade, como é largamente difundido tendo na mídia um dos principais canais de veiculação dessa ideia que atribui um papel e uma missão “salvadora” a educação.

Como diz Mészáros (2012):

...fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada um sansão ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica de nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. (MÉSZÁROS, 2002, p. 45).

Importante se faz ressaltar aqui, e dar especial atenção ao fato de que, a atuação do Assistente Social deve estar estruturada e ser norteada, em primeiro lugar, a partir de um conceito de educação não desvinculado da realidade, mas que expresse uma visão crítica da sociedade na qual está inserida. Sociedade centrada no capital como sua força motriz; sociedade que na busca incessante por lucro através de seu sistema econômico a todos subjuga; sociedade que tem no individualismo comunal e no incentivo ao consumismo exacerbado, fatores que geram desigualdades díspares, marginalizando e provocando verdadeiras “ilhas de pobreza” e pauperismo.

Encontramos novamente no documento “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” do CFESS a exposição desse entendimento crítico e despojado de qualquer traço de idealismo, podendo servir de embasamento teórico no qual o assistente social possa pautar sua conduta. Ele diz:

A educação [...] assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias[...] (CFESS, 2014, p.16).

Outro fato, que não pode ser posto de lado, e no qual o assistente social pode buscar ancorar seu exercício profissional, diz respeito à função da educação nesta sociedade de classes, centrado na reprodução social, o qual tem na escola a instituição que concebe esta prática.

Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história. Deste modo, compreender a trajetória da política de educação, é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira (CFESS, 2011).

A busca por uma educação emancipatória deve procurar mostrar aos sujeitos suas potencialidades e isto deve ser trabalhado o mais cedo possível, buscando despertar e incutir um senso de criticidade e um despertar de consciência reflexiva frente aos fatos pertencentes a sua realidade. É exatamente nisto onde reside o ponto central da questão: transformar a educação de um lugar impregnado por discursos de adequação ao sistema em uma educação comprometida com a mudança social (algo que chega a soar como utopia). Contudo, resistir torna-se a palavra de ordem frente as mais diversas desigualdades e o assistente social⁴, realmente comprometido e engajado com seu projeto ético político e aos princípios norteadores da profissão pode lutar pela educação, direito garantido e conquistado a partir de reivindicações da classe trabalhadora e viabilizá-lo de fato em sua totalidade faz parte da luta de classes da nossa sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país de contrastes, marcado por enormes diferenças sociais. Grande parte da população não é assistida em seus direitos básicos, constitutivos da condição de cidadania. Partindo desse entendimento e considerando a educação como instância que tem como finalidade capacitar o indivíduo para participação em sociedade, acreditamos que a presença do profissional de Serviço Social seja indispensável nessa política, visto que o processo educacional pode contribuir tanto para conservar quanto para modificar valores e mentalidades e contribuir para um processo de aquisição e conquista da autonomia do indivíduo.

O espaço da educação torna-se, desta forma, privilegiado, por ser o espaço da transmissão de conhecimentos e saberes e também de um processo de “conscientização”, fazendo o indivíduo compreender e situar-se melhor no mundo. Tem assim, o profissional de serviço social, condições favoráveis para desenvolver um trabalho que objetive proporcionar uma postura reflexiva e crítica da realidade social ao longo da vida escolar. Lutar pela efetivação da educação enquanto direito social e das particularidades que a envolvem – acesso, permanência, qualidade e gestão democrática pautada – é condição urgente e necessária na construção de uma sociedade menos injusta e mais igualitária, que adquira conhecimento crítico acerca de sua condição de subalternidade imposta pelos ditames neoliberais.

Procuramos desta forma, neste trabalho, situar o percurso histórico da educação no Brasil, destacando as principais alterações ao longo de sua história e do seu atual contexto que leva em conta aspectos políticos, econômicos e que articula a relação educação e sociedade de classes. Refletir sobre a educação e seu futuro no nosso país é fato iminente e imprescindível pois precisa-se ampliar significativamente as oportunidades de acesso e de garantia de sua qualidade não esquecendo de propor caminhos que possam mudar situações de opressão e de confrontar discursos arraigados a lógica do capital e executados pelo poder do Estado.

SOCIAL SERVICE AND EDUCATION: Challenges and Possibilities

Abstract: This article discusses the Social Service in Education, based on the analysis of researches of several authors that approach the theme that involves the Social Worker 's role in education. The study is characterized as a bibliographic, documentary, descriptive and exploratory research. It aims at the intention to better know the profession, under or from which perspectives it acts, what practical and political demands involve its professional doing, since, it is a space where the various expressions of the question social. Some of the situations experienced in school and that we may consider growing in recent years are related to violence, teenage pregnancy, low income, school dropout, learning difficulties, bullying, child labor, etc. The important contributions of the Federal Council of Social Work (CFESS), through actions developed to deepen the reflection, discussion and knowledge of this socio-occupational space that has been extended to the profession, are also highlighted. Considering that the Social Worker is a professional who works with social policies, and that has in its formation the three dimensions - methodological theorist, ethical-political and technical-operative - focused on a critical, And the extension of rights, it is believed that this one will be able to contribute with the other professionals of the education for the construction of a space in which it seeks the realization of the rights.

Keywords: Social Service; Education; Professional Exercise; CFESS.

7. REFERÊNCIAS

ABEPSS/CEDEPASS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no curriculum mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de nov. de 1996) In: Caderno ABESS. N. 7, São Paulo: Cortez, 1997.

ALMEIDA, N. L. T. Subsídios para atuação do Serviço Social na Política de Educação em Mato Grosso. Cuiabá, 23 março, 2012. Palestra proferida no I Seminário Estadual de Serviço Social na Educação em Mato Grosso.

ALVES, I. M. S. Desafios e Possibilidades do Assistente Social: A área de atuação como espaço sócio-ocupacional. Universidade de Uberlândia. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2010.

AZEVEDO, J. M. L. de. *A educação como política pública*. 3. ed. Campinas, SP, Autores Associados, 2004. (Coleção Polêmicas do nosso tempo: vol. 56.)

BORART, C. das N. Contradições de Karl Max às ideias contraditórias. Blog café com sociologia. 2016. Disponível em: <<http://www.cafecomsociologia.com>>. Acesso em 15 de Out. de 2016.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9°. ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 33.ed. São Paulo, Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos: 20).

CATINI, C. R. A Crítica à Educação em Marx: discussões sobre a Educação e Trabalho na teoria marxiana. 1997. Faculdade de Educação da USP. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAI5%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT5/gt5m1c2.pdf>>. Acesso em: 05 de Dez. de 2016.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. 2011. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 05 de Dez. de 2016.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. 2014.

DENTZ, M. V; SILVA, R. R. D. da. Dimensões históricas das relações entre educação e serviço social: elementos para uma revisão crítica. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

FERREIRA JR. A.; BITTAR, M. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. *Interface – Comunicação Saúde Educação*, v.12, n.26, p.635-46, jul./set. 2008.

GADOTTI, M. *Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório*. 9º ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. v. 3. Brasília: Temporalis, 2001.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. 2001. Disponível em: <http://www.unifesp.br/campus/san7/images/servicosocial/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf>. Acesso em: 05 de Dez. de 2016.

LOPES, E. M. S. Serviço social e Educação: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_eleni.htm>. Acesso em: 05 de Dez. de 2016.

MÉSZÁROS, I. A inserção do serviço social na política de educação na perspectiva do conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. *SER Social*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012.

MOREIRA, H; CALEFFE, L. G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NETTO, E. C. *Profissão: Assistente Social*. São Paulo: ed. Cultura Acadêmica, 2010.

NEVES, L. M. W. *Educação e política no Brasil de hoje*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época: vol.36.)

PELETTI, N.; PELETTI, C. *História da educação*. São Paulo-SP, Ática, 2002. (Série Educação.).